



ESTRABÃO: A GUERRA E A PAZ

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3389

Lucas Augusto Borlina, UEM

Renata Lopes Biazotto Venturini, UEM

Resumo

Nascido no reino do Ponto, pouco depois do fim das guerras mitridáticas, Estrabão foi um intelectual e espectador privilegiado de parte do desenrolar dos conflitos entre *populares* e *optimates* que se iniciaram com a morte dos irmãos Graco, e do estabelecimento do Império em Roma. Educado à moda dos gregos, escreveu a *Geografia*, um conjunto de 17 livros que descrevem o mundo conhecido e suas populações, além de fornecer informações a respeito do passado e presente de alguns dos povos que integram o espaço investigado. Constitui, portanto, uma valiosa fonte para se analisar a maneira como o outro é apresentado aos olhos de um indivíduo do mundo greco-romano. Investigamos aqui como Estrabão enxerga e avalia as transformações levadas a cabo pelos romanos, o povo que subjugou o reino do Ponto e encerrou o plano de Mitridates de recriar um Império helênico no Oriente, e como o contexto de guerra pôde ter influenciado na maneira pela qual Estrabão desenvolve seu pensamento. Acreditamos que uma investigação que leve em conta o contexto do nascimento de geógrafo, contexto de produção da obra e os modos pelos quais Estrabão foi educado, pode lançar alguma luz sobre esse importante autor, que, à exceção de sua própria obra, não deixou mais nenhuma informação para a posteridade.

Palavras Chave:

Estrabão; Principado;
Geografia.

Marc Bloch qualifica os historiadores como sujeitos que não são totalmente livres. “O passado é seu tirano. Proíbe-lhes conhecer de si qualquer coisa, a não ser o que ele mesmo lhes fornece” (BLOCH, 1997. p.75). No caso dos estudos sobre Estrabão as coisas não se sucedem de maneira diferente. A antiguidade nos apresenta este intelectual do mundo greco-romano de forma bastante ofuscada, e a carestia de fontes ao seu respeito afeta diretamente a investigação histórica. Sabemos que escreveu ao menos duas obras, e que, se por um lado o nosso tirano da história nos privou o acesso a uma delas, os *Comentários Históricos*, ele ao menos deixou que chegasse até nós quase que integralmente o seu outro trabalho, a *Geografia*. Uma vez que nenhuma outra fonte conhecida nos dá informações sobre Estrabão, o único lugar de onde o historiador pode extrair dados que ajudem na consolidação de um quadro preciso do autor é a sua própria obra, que é um tratado geográfico que se destina a descrição do mundo habitado, isto é, o *oikoumené*.

Diante dessa falta de materiais, a investigação tem de se direcionar para, além da *Geografia*, outras obras importantes, que devido a uma estreita relação com Estrabão, que ele nos deixa entrever, podem ser bastante oportunas, além, é claro, de um estudo sobre o mundo que o cercou, o contexto de onde a obra saiu, uma vez que, inserido em um determinado mundo, rodeado de situações bastante específicas, acreditamos que a sua produção e o seu pensamento não podem ter sido atemporais ou indiferentes em relação àquilo que acontecia em volta.

Portanto, o presente texto apresentará um breve esboço de uma proposta de investigação que, acreditamos, é um passo fundamental para se alcançar os objetivos de conhecer melhor Estrabão. Uma vez o autor bem conhecido, poderemos, então, promover

estudos mais ricos sobre a sua obra, que traz, dentro de seu grande volume de 17 livros, uma enorme variedade de informações sobre o espaço físico do mundo habitado, sobre as populações humanas com suas crenças e seus costumes, sobre a história desses lugares, além de um riquíssimo debate científico que realiza nos dois primeiros livros, que nos permite conhecer muito da ciência geográfica na antiguidade clássica, e nos mostra um homem bastante letrado e um grande intelectual.

A proposta de investigação, até o presente momento, se baseia na escolha de três frentes de análise que buscam cercar o autor. Em primeiro lugar, está a leitura da sua obra, mais especificamente os *livros I, II e III*. Também o estudo do momento em que viveu, que são, a despeito das pequenas incertezas sobre as datas de nascimento e morte (de aproximadamente 60 antes de Cristo até pelo menos o ano 24 da nossa Era), os momentos finais das guerras civis, a consolidação do Principado de Otaviano Augusto, e ainda a sucessão de Tibério. É, portanto, o momento em que a República dá lugar ao Império, e se instaura um poder autocrático em Roma, contrário às velhas tradições políticas então consolidadas. A investigação também passa pela leitura dos poemas homéricos, devido à sua relação com o autor, que será apresentada mais adiante.

Essa escolha de pesquisa tem mostrado que Estrabão estabelece uma interessante relação entre situações de guerra e situações de paz, que é curiosamente uma questão presente em seu tempo, ou ao menos na percepção sobre esse tempo, uma vez que se tem, após o final de um longo período conflituoso, o estabelecimento da *pax augusta*. Justamente por isso, a questão central nos estudos sobre o geógrafo giraram em torno da proposição da obra a partir de uma potencial dimensão

propagandística.¹ Ora, é em torno dessa problemática que se direciona a presente investigação. A maneira de o autor expressar a guerra e a paz tem nos conduzido a considerar essas situações como uma espécie de prisma analítico, ou então um filtro, que aliado ao contexto vivido pelo autor, e ainda à ampla ocorrência do tema nos poemas homéricos, constituem partes fundamentais de sua própria personalidade e da sua maneira de perceber o mundo e as transformações que nele ocorreram.

Assim, quando Estrabão escreve, evidentemente em tom elogioso para com o *princeps* e seu sucessor, Tibério, que os romanos estavam vivendo em uma situação muito boa e inédita, o elogio pode ser entendido, para além da redução propagandística, como a expressão de uma leitura de mundo que, antes de ser movida pela vontade elogiosa, é fruto de um sistema de pensamento que constitui Estrabão enquanto um intelectual e observador de seu tempo. Para além de um veiculador de uma determinada ideologia, o geógrafo se nos apresenta como um homem de amplos conhecimentos, e a sua obra, para além da perspectiva panfletária, como um tratado geográfico de onde, se a opinião do autor se apresenta, não é como o foco da obra, e sim como comentários adjacentes que refletem o resultado de uma observação de mundo, ela própria, fruto de toda uma trajetória de estudos, sendo o seu conteúdo científico o verdadeiro centro de seu trabalho:

“De fato, jamais tiveram os romanos e seus aliados a possibilidade de desfrutar de uma paz semelhante e uma abundância de bens como a que lhes tem concedido César Augusto, depois

de que assumiu o poder absoluto, e a que hoje em dia está tentando alcançar Tibério, seu filho e sucessor” (ESTRABÃO. L. VI. 4, 2).

O Principado como a consolidação da paz

Após os conflitos em torno das reformas dos irmãos Graco, Roma passa a viver por um período extremamente conturbado. Questões internas e externas ameaçavam a sobrevivência política romana. A luta iniciada pelos irmãos Graco colocou Roma diante de uma situação em que ricos e poderosos generais disputavam o poder, divididos principalmente em dois grupos, os *optimates*, representantes da aristocracia senatorial, e os *populares*, que representavam, por sua vez, o lado que fora inicialmente reformador, mas que se transformou em uma força política movida pelos interesses e ambições de determinados indivíduos que detinham sob seu mando poderosos exércitos, possibilitados pela reforma de Mário que deu início a um modelo de recrutamento pessoal de soldados, ligando-os diretamente aos seus generais, uma vez que esperavam deles não só um pagamento, mas também recompensas de butim e terras.

De acordo com Alföldy, a situação se tornou tão grave que Roma tinha diante de si um futuro repleto de incertezas em que as disputas militares se converteram em uma disputa para se estabelecer no poder uma única pessoa, o vencedor desses conflitos:

“O futuro pertencia a esses poderosos políticos e generais cuja ascensão tinha sido preparada pela reforma do exército de Mário. Os últimos quarenta anos da República romana – a era da ‘última geração’ – decorreram sob o desígnio de saber se era ainda possível salvar a República oligárquica ou se esta acabaria inevitavelmente por se transformar em uma monarquia; e,

1 Para uma boa síntese desse debate, ver a dissertação de mestrado de Bruno Dos Santos Silva (2013) *Estrabão e as Províncias da Gália e da Ibéria: um estudo sobre a Geografia e o Império Romano*.

depois, em torno da questão da conquista do poder totalitário por um dos políticos rivais” (ALFÖDY, 1989, p. 96).

Dessa forma, Roma entra em um longo e sangrento processo de guerra, que cem anos depois encontra o seu desfecho com a vitória de Otaviano Augusto sobre Marco Antônio. Paralelamente, nos informa Rostovtzeff (1983), Roma teve de conviver ainda com intensa atividade de piratas no Mediterrâneo; dificuldades nas relações com os povos itálicos que exigiam a cidadania romana, e estavam dispostos a fazer guerra por ela; Mitridates VI, rei do Reino do Ponto, local de origem de Estrabão, deu início ao seu projeto de expansão sobre áreas de influência romana na Grécia; e ainda aconteceram revoltas de escravos bastante expressivas.

Com suas instituições ameaçadas pela guerra interna, e com as dificuldades que encontrava para além do território da *urbe*, os últimos anos da República foram, portanto, anos difíceis e desafiadores. A ascensão de Augusto foi logo carregada de uma forte carga ideológica que o ajudou a manter o poder assim que derrotou os demais oponentes. Como bem lembrou Gilvan Ventura da Silva (2001), embora a manutenção do Principado aconteça sobre bases bastante sólidas, como a riqueza pessoal do *princeps*, o controle do exército e ainda a acumulação de títulos, não se pode pensar esse equilíbrio de forças sem levar em consideração a vasta produção ideológica e simbólica que o cercou, e buscou construir uma ideia de consenso entre os romanos de que aquela era a melhor forma de governo, e Otaviano o homem certo para inaugurar os tempos de paz, ordem, grandeza e prosperidade em Roma.

O historiador apresenta, como parte integrante desse conjunto ideológico, os poemas de Horácio, homem que, ao lado de um círculo de poetas, estava ligado diretamente ao

princeps. De acordo com Ana Lucia Santos Coelho (2015), Virgílio, grande poeta da tradição ocidental, integrava esse grupo, e a sua grande obra, a *Eneida*, publicada poucos anos depois de Otaviano vencer no Ácio a batalha que o consolidou como general vitorioso, uma obra que apresenta, além da fundação mítica de Roma pelo herói troiano Enéias ligado à *gens Iulia*, a mesma de Júlio César e Augusto, traz à tona a batalha do Ácio como marco histórico do fim das guerras civis.

Dessa produção de conteúdo ideológico, também encontramos materiais que tenham como origem o próprio poder oficial instituído, em um esforço de construir uma determinada visão de mundo. Como por exemplo a *Res Gestae Divi Augusti*, um testamento escrito que fora exposto ao público. Nesse testamento, Otaviano enumera seus feitos, expõe a sua carreira, e nos conta como se manteve fiel às tradições romanas, só aceitando o poder absoluto com alguma relutância, após ele próprio acabar com as guerras civis:

“Durante o meu sexto e sétimo consulado, depois de ter feito acabar as guerras civis, tendo assumido o supremo poder por consenso universal, transferei o governo da república, passando-o da minha pessoa às mãos do Senado e do povo romano” (*Res Gestae Divi Augusti*. XXXIV. 1).

Nas *Gestae*, Augusto é também o responsável por uma série de feitos pacificadores. É a sua ação direta que coloca fim a ação dos piratas, trazendo paz aos mares (XXV. 1). Faz a paz também nas províncias da Gália, Hispania e Germania, e também na região dos Alpes e no mar Adriático (XXXVI. 1-3).

Outro expoente da propaganda da paz imperial é um exemplar da arquitetura romana, um altar que foi construído para celebrar o retorno do *princeps* como vitorioso nas campanhas da

Hispania e da Gália, citadas nas *Gestae* acima, no século 13 a.C., e que ficou conhecido como *Ara Pacis Augustae*. Construído em mármore e representado em seus frisos cenas bucólicas, plantas, frutos, e a vida religiosa de Roma, a *Ara* é objeto de diversas interpretações. Mas, apesar das divergências, parecem concordar que celebra, em seus símbolos, a paz, a ordem, a restauração e a prosperidade.

Arnaldo Momigliano (1942) interpreta a *Ara* como uma celebração da vitória de Augusto, e sua mensagem é clara: ela diz que Roma só pode estar segura uma vez o *princeps* estando presente. Peter Holliday (1990) vê no altar uma representação simbólica da concepção cíclica de história dos romanos, que explora os limites entre fé na renovação (Augusto) e o medo do cataclismo que poderia destruir o mundo. Kathleen Lamp (2009), por sua vez, vê na obra um grande potencial retórico que foi sabidamente explorado por Otaviano. Por um lado, ajudaria a legitimar seu poder, e por outro, atuando como um monumento memorial, daria enorme suporte aos seus sucessores, os primeiros a herdar o poder absoluto de Roma depois do período republicano.

Dentre os que registraram na antiguidade, parece existir alguma concordância sobre a questão. Para Tácito, Otaviano “assumiu o governo da república já cansada das discórdias civis” (TÁCITO, I. 1. 1). Suetônio, nas biografias dos doze primeiros imperadores, comenta que Augusto “corrigiu muitos abusos detestáveis que comprometiam a ordem pública, nascidos dos costumes e licenças das guerras civis” (SUETONIO, II. 32. 1). Estrabão, como já dissemos, tem uma visão bastante positiva do período, qualificando-o como um momento de paz e abundância decorrentes do poder imperial de Augusto.

Homero e Estrabão

Os dois primeiros livros da *Geografia* são de caráter mais geral, onde o autor aborda a geografia enquanto conhecimento, comentando seus conceitos, ideias e autores. Logo de início, liga a gênese desse tipo de conhecimento a Homero, que não só é o pai fundador da ciência, como também se destaca como o maior entre seus sucessores e predecessores:

“Temos razão ao supor que o fundador do estudo empírico da geografia é Homero, o qual não só está muito acima dos que o precederam e dos que o sucederam no que diz respeito a excelência de sua criação poética, mas também, quase diríamos que no que toca em relação a sua experiência relativa à vida política, a partir da qual se dedicou não só ao estudo das grandes ações [...]mas também aos lugares de cada região e aos da totalidade do mundo habitado, terra e mar” (ESTRABÃO, L. I. 1,2).

Além disso, Estrabão também considera a poesia como um método válido de ensino, uma vez que é uma espécie de filosofia primária que introduz nos jovens os saberes da vida, além de ensinar qualidades pessoais de maneira prazerosa. Estrabão ainda concorda que só o sábio pode ser um poeta, e que, em decorrência disso tudo as cidades gregas ensinavam as crianças mediante a poesia (L. I. 2, 3). Desses ditos, acreditamos ser bastante plausível que Estrabão, tendo nascido em uma cidade grega, tenha tido ele próprio uma educação nesses moldes, e que, portanto, tenha recebido isso como influência fundamental, uma vez que não abandonou, mesmo em idade avançada, a opinião de que a poesia, e em especial Homero, sejam modelos não só válidos, mas como exemplares da mais alta qualidade de ensino.

Além disso, Homero é ainda “conhecedor de muitos lugares,

experiente em estratégia, agricultura e retórica” (ESTRABÃO, L.I. 2, 3). De acordo Lawrence Kim, “O Homero que vislumbramos aqui não é um poeta inspirado ou um inventivo *raconteur*, mas sim instruído e intrépido explorador que foi até os mais distantes limites do mundo” (KIM, 2007, p. 306). Portanto, diferentemente dos clássicos *aedos* ou *rapsodos*, que se inspiram, os primeiros nas musas, e os segundos em uma certa liberdade criativa na reprodução formular de uma tradição oral, o Homero apresentado por nosso geógrafo seria antes um homem que aprendeu a partir da experiência e transmitiu seus conhecimentos na forma de poesia, forma que de acordo com Daniela Dueck (2012), era bastante comum na antiguidade.

Além de um grande sábio, Homero é ainda dotado de uma qualidade bastante importante para Estrabão. Era um bom homem, no sentido moral, uma vez que para o geógrafo “não é possível ser um poeta de qualidade se previamente não se tem chegado a ser um homem de qualidade” (ESTRABÃO, L. 2, 5).

Diante desse panorama da relação entre Estrabão e Homero, fica fácil perceber que as lacunas deixadas pela ausência de fontes pode ser ao menos parcialmente suprida pelo avanço da investigação para outras obras citadas pelo geógrafo, particularmente os poemas homéricos. No entanto, um outro problema é lançado: como fazer a leitura de Homero? O que buscar nos poemas? É possível reconstruir parte de Estrabão supondo uma hipotética leitura do geógrafo sobre poemas? Em primeiro lugar, vale ressaltar que os poemas são narrados pelo próprio Homero, que assume papel de narrador onisciente. Em segundo lugar, Estrabão, vez ou outra nos fornece dicas de como proceder a leitura, como, por exemplo, quando vai tratar de Odisseu. Para Estrabão, o senhor de Ítaca está diretamente ligado

ao poeta: “tudo isso liga o poeta a Odisseu, a quem adorna, em muito maior medida do que todos os demais, com toda qualidade” (ESTRABÃO, L. I. 2, 4). Não seriam, então, as falas de Odisseu, ou as de Homero, exemplares e cheias de significado nessa hipotética leitura? Ou até mesmo as de Nestor, o ancião que o poeta tem como sábio, ou todos os outros heróis que são elogiados pelo narrador, uma vez que os poemas estão recheados também de conteúdo moral.

Portanto, acreditamos ser possível extrair valiosas informações dos poemas homéricos. Tomemos, então, algumas notas: existe uma dicotomia explícita nas duas obras, uma transição da guerra à paz. Menelau, também homem de grande valor, após matar Písandro, se lamenta acerca da necessidade de se guerrear e sobre o fato de que os troianos “na guerra são insaciáveis!” (HOMERO, *Íliada*. XIII. 636-639). Odisseu, e esse fato é notado por Estrabão, se orgulha entre os feácios, por ser um hábil agricultor, sugerindo entre ele e Eurímaco, uma disputa de abrir sulcos com foices no campo (HOMERO, *Odisseia*. XVIII. 366-375).

São descritos, em certa altura da *Odisseia*, dois agrupamentos sociais: os *feácios* e os *ciclopes*. Os primeiros viviam em cidades, se reuniam em assembleias e compartilhavam de um complexo cultural que nos remete invariavelmente aos gregos. Os segundos “não plantam árvores com as mãos nem aram” (IX, 106), “eles não têm assembleias decisórias nem normas, / mas habitam os cumes de montes elevados” (IX, 112-113), além de que não eram hospitaleiros, sendo a antítese dos feácios. No entanto, antes de os feácios viverem de tal forma, moravam próximos aos ciclopes, que, por serem superiores na força, os lesavam, de modo que só foi possível a esse povo adquirir as características elencadas acima, quando um feácio, Nausítoo, os levaram para se assentar em outro lugar (VI. 4-10).

Nota-se, nesse caso, uma

transição que, de maneira semelhante àquela comentada a respeito das guerras civis e do estabelecimento do Principado em Roma, nos permite observar uma transformação que, saindo de um estado de desordem e conflito, se pode estabelecer uma vida pacífica associada à valores positivos.

Há ainda outra passagem sobre a qual vale a pena nos determos. Sabemos, já, que Estrabão não vê como um problema o poder autocrático em Roma. Pelo contrário, o *princeps* é elogiado pelo geógrafo, o que parece sugerir uma ligação íntima entre ambos. No entanto, existe a possibilidade de se relativizar essa interpretação e chegar à conclusões diferentes. A seguinte fala de Odisseu na *Ilíada* é bastante sugestiva, uma vez tendo em mente as qualidades pedagógicas da obra, e ainda que o senhor de Ítaca é um personagem chave para a leitura de Estrabão:

““Não penses que, aqui, nós Aqueus como todos reis! / Não é bom serem todos a mandar. É um que manda; / um é o rei, a quem deu o Crônida de retorcidos conselhos / o cetro e o direito de legislar, para que decida por todos.” (HOMERO, II. 202-206)

Com os argumentos de que não é bom serem todos a mandar, mas sim apenas um, Odisseu encerra uma certa discórdia no acampamento dos Aqueus. Ora, Estrabão sendo, em grande medida, ao menos influenciado pelos poemas homéricos, e em particular pela figura de Odisseu, não pode ter extraído daí uma afinidade para com o regime monárquico? Uma vez aceito que sim, a relação entre o geógrafo e o Principado ganha, pois, uma nova dimensão. A admiração, que antes parecia reduzida a uma vontade de prestar homenagem, ganha agora um valor mais profundo, possivelmente constituindo uma opinião de Estrabão que compõe o seu saber, e que é anterior ao próprio Principado. Aliás, a ideia de que uma monarquia seria

o governo ideal, ao menos para governar um poder como o de Roma, aparece explícita na obra, uma vez que, para Estrabão, é “difícil administrar um poder semelhante se não recai em mãos de um só homem, como se fosse um pai” (L. VI. 4. 2).

Ártabros e Montanhese: da guerra à paz na *Geografia*

Já vimos como existe uma forte percepção do Principado como um tempo de restauração da paz. Vimos também que dessa percepção Estrabão também compartilha. Em seguida, como Homero, aos olhos de nosso geógrafo, é um sábio, bom homem e educador, e a sua obra com fins instrutivos. Vimos ainda que esse grande sábio teve como tema recorrente de sua obra, situações de guerra e de paz, onde as últimas possuíam valor positivo, estreitamente ligado ao desenvolvimento, como no caso dos feácios que, ao abandonarem uma região conflituosa, puderam desenvolver-se tal qual era próprio de sua competência.

Nascido por volta do ano 60 a.C., a guerra foi, portanto, objetivamente uma questão de impacto na vida de Estrabão. Em sua terra natal, Mitridates VI havia feito guerra com Roma até 65 a.C. Esta, por sua vez, estaria em guerra civil até a vitória de Augusto no Ácio em 27 a.C. E por fim, a guerra seria ainda um tema substancial no poema daquele homem que, para Estrabão, pode ser considerado, se não o maior, um dos maiores intelectuais, poetas e filósofos. Dessa forma, acreditamos que a transição da guerra à paz, com o seu respectivo reordenamento da vida em todas as suas dimensões, tenha sido uma dinâmica notada por Estrabão, e que ele tenha a utilizado como ferramenta de observação analítica de outros povos.

No *livro III* da *Geografia*, onde Estrabão descreve a Península Ibérica, um dos povos privilegiados pelo processo seletivo da confecção da obra são os ártabros. Habitavam a região próxima ao

rio Tejo, na costa do Atlântico, em uma região próspera e rica, com frutos, pastos, ouro, prata e metais análogos. No entanto, a proximidade com seus vizinhos das montanhas havia sido um problema para o seu desenvolvimento. Os montanhese, em geral, se assemelham em seu modo de vida (L. III. 3. 7), caracterizados pela sua ferocidade. São assim por estarem em constante estado de guerra e também pelo seu isolamento, que os fizeram perder a sociabilidade e os sentimentos humanitários, além de que vivem em uma miséria derivada das montanhas onde vivem, de forma que “é natural que se acentue tão estranho caráter” (L. III. 3. 8).

Assim como os ciclopes homéricos, habitando isolados os cumes de montanhas e não trabalhando a terra, causaram problemas aos feácios, os montanhese causaram problemas aos ártabros:

“... apesar de a região ser próspera por seus frutos, pastos e abundância de ouro, prata e metais análogos, a maioria deles passavam a vida distantes da terra, em piratarías e em contínua guerra entre si e contra seus vizinhos da outra margem do Tejo, até que os romanos os pacificaram, fazendo-os baixar às planícies e convertendo em aldeias a maioria de suas cidades² [...]. Foram os montanhese os que originaram esta anarquia, como é natural, pois ao habitarem uma terra mísera, e terem, além disso, pouca, estavam ansiosos pela dos vizinhos. Os outros, ao terem que se defender, ficaram forçados na situação de não poder se dedicarem a suas próprias terras, de modo que eles também guerreavam em vez de cultivar a terra. E sucedia que a

terra, descuidada, ficava estéril de seus bens naturais e era habitada por bandidos.” (ESTRABÃO, L.3. 3,5)

A ação dos montanhese impediram os ártabros de viverem a vida esperada por aqueles que habitam prósperas regiões. Forçados a um estado de guerra permanente, caíam eles próprios em uma organização da vida que não estava para eles reservada. O que muda a situação é a ação dos romanos, que os pacificaram, fazendo-os abandonarem as cidadelas e habitarem aldeias nas planícies. Entendemos que, a partir desse momento, eles passam a ter, portanto, um reordenamento da vida. Longes da guerra, cuidam, então da terra, e desenvolvem as atividades produtivas que a sua rica região os permite.

Ora, como já foi dito, essa transição da guerra à paz rodeou Estrabão por vários lados, de modo que não pode ter passado despercebido por ele. Ela acontece no lugar onde nasceu, acontece em Roma, acontece nos poemas homéricos, e acontece ainda na sua obra, e sempre com um juízo de valor positivo. O reordenamento da vida após uma situação de guerra é, para Estrabão, nos casos apontados, sempre bom.

O que, então, levou Estrabão a descrever detalhadamente os povos mais distantes da Ibéria, isolados no noroeste da Península, sendo que o território, em sua totalidade, estava repleto de outros povos mais próximos e mais expressivos, se não a percepção dessa dinâmica tão presente em seu tempo? Seria o fato particular de terem os romanos o protagonismo na ação, dando legitimidade ao governo de Otaviano Augusto e à ação romana como portadores de uma carga de boa cultura e civilização, como aconteceu com as nações imperialistas do século XIX e século XX? Não é uma proposta de todo incoerente. Mas a análise da relação entre Estrabão e Homero, supondo, na medida do possível, uma leitura do primeiro ao

² Os tradutores do editorial Gredos comentam que por cidades se entende uma região com muralhas, e a transformação em aldeias uma referência ao derrubamento dos muros (p. 83)

segundo, pôde trazer dados à investigação que nos permitiu colocar sobre outra perspectiva essa atuação romana de pacificação dentro da *Geografia*.

O ponto de vista de Estrabão sobre a ação dos romanos nos aparece agora como uma conciliação de uma perspectiva intelectual de mundo com a observação concreta desses fatos de acordo com moldes pré estabelecidos. Isto é, aquilo que Estrabão via acontecendo, ou ao menos percebia acontecendo, encontrava certa paridade com o seu pensamento, que pode muito bem ter sido independente das políticas do Principado, fruto de uma longa vida dedicada à pesquisa e aos estudos. Desta forma, se Estrabão apoia Otaviano, é antes por que Homero coloca na boca de Odisseu – e porque não, também, outros autores que não tivemos a oportunidade de conhecer – palavras simpáticas à monarquia. Se vê com bons olhos o reordenamento da vida após a guerra, tanto em Roma como nas províncias, é antes porque assim os poemas homéricos o transmitiram uma mensagem bastante clara a respeito da guerra. Junto de Homero, poderíamos arriscar ainda no que pensa seu contemporâneo Hesíodo sobre a guerra “terrível: mortal algum dela gosta” (I. 15).

Referências

- ALFÖDY, G. *A História Social de Roma. Lisboa: Presença, 1989.*
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador.* Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- COELHO, Ana Lúcia Santos. *Poder e poesia: a imagem de Augusto na literatura do início do Principado.* Mare Nostrum: Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo, São Paulo, v. 6, n. 6. 2015.
- DUECK, Daniela. *Geography in Classical Antiquity.* New York: Cambridge University Press, 2002.
- HOLLIDAY, Peter. *Time, History and Ritual on the Ara Pacis Augustae.* The Art Bulletin, vol. 72, n. 4. New York: College Art Association, 1990.
- KIM, Lawrence. *The portrait of Homer in Strabo's Geography: Classical Philology,* San Antonio: Trinity University, 2007.
- LAMP, Kathleen. *The Ara Pacis Augustae: Visual Rhetoric in Augustus' Principate.* Rhetoric Society Quarterly, 2009.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *The Peace of the Ara Pacis.* Journal of the Warburg and Courtauld Institutes, vol. 5. p. 228 – 231, 1942.
- ROSTOVITZEFF, M. *A História de Roma.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- SILVA, Bruno dos Santos. *Estrabão e as Províncias da Gália e da Ibéria: um estudo sobre a Geografia e o Império Romano.* Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SILVA, Gilvan Ventura. *Política, ideologia e arte poética em Roma: Horácio e a criação do Principado.* Politeia, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 29 – 51, 2001.
- Fontes**
- AUGUSTO. *Res Gestae Divi Augusti.* Traduzido por Nicolás Cruz. Revista de Historia Universal, Santiago: PUC, vol. 1, p. 63 – 112. 1984.
- ESTRABÓN. *Geografía.* Libro I y II. Madrid: Editorial Gredos, 1991.
- ESTRABÓN. *Geografía.* Libro III y IV. Madrid: Editorial Gredos, 1992.
- ESTRABÓN. *Geografía.* Libro VI – VII. Madrid: Editorial Gredos, 2001.
- HOMERO. *Iliada.* Tradução por Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.
- HOMERO. *Odisseia.* Tradução por Christian Werner. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- HESÍODO. *Trabalhos e Dias.* Tradução por Christian Werner. São Paulo: Editora Hedra, 2013.
- SUETONIO. *Vida de los doce Césares.* Barcelona: Oceano Grupo Editorial, 2007.
- TACITO. *Anais.* Tradução de Leopoldo Pereira. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.